



AVALIAÇÃO UNIFICADA

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Tempo máximo para entrega da prova: 2 horas
- Tempo mínimo para entrega da prova: 1 hora

CURSO/PERÍODO

DIREITO - 7º PERÍODO - DATA: 23/11/2015.

GABARITO RASCUNHO

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D

Disciplina: Direito Processual do Trabalho I
Prof: Alexandre Chibante.

Questão 01

(Analista judiciário – TRT/11ª R. – 2005 – FCC, adaptada) É prevista a aplicação do direito processual comum ao processo do trabalho,

- a) Nos casos omissos, como fonte preferencial, desde que respeitado o princípio ‘*in dubio pro misero*’;
- b) A critério do Magistrado, como decorrência do princípio do livre convencimento do Juiz;
- c) Nos casos omissos, como fonte subsidiária e desde que não haja incompatibilidade com as normas processuais trabalhistas;
- d) Em todas e quaisquer hipóteses, como fonte preferencial e desde que sejam observados os princípios do direito processual do trabalho.

Questão 02

(Analista judiciário – TRT/20ª R. – 2011 – FCC) O princípio, que determina que o reclamado deverá alegar na contestação, simultaneamente, as matérias relacionadas com as preliminares (art. 302 do CPC), bem como as matérias relacionadas com o mérito em razão da possibilidade das preliminares arguidas não serem acolhidas é, especificamente, o da

- a) Extrapetição;
- b) Busca da verdade real;
- c) Eventualidade;
- d) Estabilidade da lide.

Questão 03

A compensação, ou retenção, só poderá ser arguida:

- a) Na petição inicial;
- b) Na contestação, como matéria de defesa;
- c) Nas razões finais;
- d) Quando do recurso respectivo.

Questão 04

(Técnico judiciário – TRT/9ª R. – 2012 – FCC, adaptada) Considere as afirmações sobre atos, termos e prazos processuais.

I. Os atos processuais serão públicos salvo quando o contrário determinar o interesse social, e realizar-se-ão nos dias úteis das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.

II. Os prazos processuais trabalhistas são contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento.

III. Os prazos processuais que se vencerem em sábado, domingo ou dia em que for feriado, terminarão no primeiro dia útil seguinte.

Estão CORRETAS:

- a) I e II, somente;
- b) I e III somente;
- c) Todas estão erradas;
- d) Todas estão corretas.

Disciplina: Direito Civil – Das Coisas I
Prof: Érica Cristina Molina

Questão 05

(MPRO – 2006) Falando-se de ações possessórias, assinale a alternativa INCORRETA:

- (a) Se "A" (autor) propõe possessória contra "B" (réu), caso "B" queira defender-se revertendo a situação, provando ser ele a vítima do esbulho ou turbação, é necessário que "B" use a via da reconvenção.
- (b) Se uma pessoa intenta reintegração de posse, quando deveria ter ingressado com ação de manutenção de posse, não haverá qualquer problema, porque se tratam de ações fungíveis.
- (c) É lícito ao autor da possessória pedir, além da proteção específica para sua posse, a indenização por perdas e danos.
- (d) Todas as alternativas acima contem afirmações incorretas.

Questão 06

(PGE-RN) Grupo de moradores sem-teto invadiu terreno pertencente ao Estado, que, a fim de recuperar a posse do imóvel, ajuizou, cerca de um mês depois, ação de manutenção de posse, instruída com prova da posse, do esbulho e da data de sua ocorrência. Requereu a concessão de liminar. Levando em conta o que dispõe o Código de Processo Civil no que toca às ações possessórias, ao receber a inicial, o Juiz deverá

- (a) Deferir, sem a oitiva dos réus, expedição de mandado liminar de manutenção de posse.
- (b) Indeferir a petição inicial, por inadequação da via eleita.
- (c) Conhecer o pedido como de reintegração e deferir, sem a oitiva dos réus, expedição de mandado liminar de reintegração de posse.
- (d) Conhecer o pedido como de reintegração e designar audiência de justificação prévia, tendo em vista não caber liminar, sem oitiva dos réus, quando for parte o poder público.

Questão 07

Em relação às ações possessórias, é correto afirmar que:

- (a) São propostas somente por quem foi privado da posse, pois aquele que a possui não terá interesse processual na demanda possessória.
- (b) Terá natureza possessória a ação que tiver a posse como fundamento e como pedido; quando o pedido for a posse, mas o fundamento for a propriedade, a ação terá natureza petítória.
- (c) É essencial, se houver comosse, que todos os compossuidores proponham a demanda de defesa da posse contra terceiros, em litisconsórcio necessário.
- (d) A norma processual civil não prevê a fungibilidade dos interditos possessórios, mas apenas destes com as ações reivindicatórias.

Questão 08

(MPE-PE) No tocante às ações possessórias, é INCORRETO afirmar:

- (a) É lícito ao réu, na contestação, alegando que foi o ofendido em sua posse, demandar a proteção possessória e a indenização pelos prejuízos resultantes da turbação ou do esbulho cometido pelo autor.
- (b) A propositura de uma ação possessória em vez de outra não obstará a que o juiz conheça do pedido e outorgue a proteção legal correspondente àquela, cujos requisitos estejam provados.
- (c) É lícito ao autor cumular ao pedido possessório o de condenação em perdas e danos, a cominação de pena para caso de nova turbação ou esbulho, bem como o desfazimento de construção ou plantação feita em detrimento de sua posse.
- (d) Na pendência do processo possessório, é permitido, tanto ao autor como ao réu, intentar a ação de reconhecimento do domínio.

Disciplina: Direito do Consumidor
Profª: Ilídia Aparecida

Questão 09

João adquiriu, na Casa dos Eletroeletrônicos Ltda., um aparelho de televisão fabricado por Televisores S.A. Passados quarenta dias da aquisição, o produto não mais ligava, tendo João, então, contatado a assistência técnica e enviado o produto para reparo. Sem obter resposta acerca do conserto no prazo de trinta dias, João ajuizou ação condenatória contra o fabricante e o comerciante do aparelho de televisão. Em contradição, o comerciante argumentou que, para esse caso, não há, no CDC, previsão de sua responsabilidade.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- a) No caso, a responsabilidade do comerciante é subsidiária.
- b) O comerciante e o fornecedor são solidariamente responsáveis, pois se trata de “vício do produto”.
- c) A responsabilidade do comerciante terá de ser apurada mediante a verificação de culpa.
- d) O comerciante não será responsabilizado se provar não ter colocado o produto no mercado ou, ainda que o tenha colocado, a inexistência do defeito, além da culpa exclusiva da vítima ou de terceiro.

Questão 10

Ainda no tocante a aplicação do CDC, é CORRETO afirmar que:

- I. A responsabilidade das concessionárias de serviço público é objetiva, mesmo quando fundada em ato omissivo, nas relações de consumo.
 - II. Os fornecedores não podem colocar no mercado produtos que apresentam qualquer risco ou nocividade, mesmo que contenham as informações necessárias para seu uso adequado e sejam inerentes ao próprio produto (dotada de normalidade e previsibilidade) em decorrência a sua natureza e fruição.
 - III. O Supermercado que oferece estacionamento gratuito em seu estabelecimento para seus clientes, responde por danos causados nos veículos, no período em que o consumidor estiver realizando suas compras, independentemente da verificação da culpa.
 - IV. O Código de Defesa do Consumidor instituiu os prazos decadenciais de 30 e 90 dias para reclamar dos vícios dos produtos e serviços e o prazo prescricional de cinco (5) anos para a pretensão indenizatória decorrentes de danos sofridos pelo fato do produto. Com relação ao prazo decadencial, na hipótese de vício oculto, o prazo decadencial inicia-se no momento que o defeito ficar evidenciado, não fixando a lei, expressamente, o prazo máximo para o aparecimento de tal vício oculto. Ainda, prevê as causas obstativas do prazo decadencial que são: a reclamação comprovada do consumidor perante o fornecedor até a resposta negativa correspondente e a instauração de inquérito civil até seu encerramento.
- a) Somente as proposições I e III estão corretas.
 - b) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
 - c) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
 - d) Somente as proposições II e IV estão corretas.

Questão 11

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90), havendo vício do produto, pode o consumidor exigir.

- a) a substituição do produto e a restituição da quantia paga, a título de perdas e danos.
- b) que o fornecedor exerça sua opção legal de substituir o produto ou restituir imediatamente a quantia paga.
- c) imediatamente após a constatação do vício, a substituição do produto por outro em perfeitas condições de uso.
- d) a restituição imediata da quantia paga, desde que decorridos 30 (trinta) dias sem que o vício fosse sanado.

Questão 12

Jeremias comprou um carro importado, zero quilômetro, de uma famosa montadora. Ao chegar em sua casa, percebeu que havia um risco na porta do veículo, o que o fez voltar minutos depois à loja de automóveis responsável pela importação do automóvel. Na ocasião, verificou-se que o risco era profundo e somente uma pintura poderia sanar o problema. **Diante do caso, assinale a alternativa correta.**

- a) Trata-se de defeito do produto pelo qual o consumidor pode pleitear o ressarcimento dos valores pagos acrescidos de eventuais perdas e danos.
- b) Diante do vício qualitativo apresentado, o consumidor deve aguardar o prazo legal para que o fornecedor tente consertar o problema apresentado.
- c) Com base no seu direito de arrependimento, o consumidor pode requerer o desfazimento do negócio firmado.
- d) O consumidor pode exigir a restituição imediata do valor que pagou pelo veículo, acrescido de perdas e danos.

Disciplina: Direito Tributário I Profª: Laurinéia
--

Questão 13

Em relação aos princípios constitucionais tributários é correto afirmar que

- a) a lei que modifica tributos só pode ser aplicada no exercício seguinte ao da sua publicação por força da regra da irretroatividade da lei tributária.
- b) salvo exceções a lei que cria ou majora tributo terá eficácia no exercício financeiro seguinte ao da sua publicação, como expressão da anterioridade tributária.
- c) os tributos sempre deverão ser pessoais e atender às condições econômicas dos contribuintes, por força do princípio da capacidade contributiva.
- d) como exceção à legalidade tributária, pode o Presidente da República instituir, por decreto, impostos de importação, de exportação, sobre produtos industrializados e sobre operações financeiras.

Questão 14

No direito brasileiro, vige o princípio da irretroatividade da lei tributária, sendo, porém, uma exceção quando a lei...

- a) for expressamente interpretativa.
- b) impuser penalidade mais severa.
- c) aplicar-se a ato não definitivamente julgado e passar a defini-lo como infração.
- d) for mais benéfica ao poder público.

Questão 15

Assinale a alternativa que apresenta somente um tributo federal, um estadual e um municipal, não necessariamente nesta ordem.

- a) Imposto sobre transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso de direitos reais sobre imóveis (ITCD); imposto sobre a propriedade de veículo automotor (IPVA); e imposto sobre produtos industrializados (IPI).
- b) Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU); imposto sobre transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física (ITCD); e imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza (IR).
- c) Imposto sobre a importação de produtos estrangeiros (II); imposto sobre a exportação para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados (IE); e imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR).
- d) Imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITCD); imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias (ICMS); e imposto sobre exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados (IE).

Questão 16

O artigo 145, parágrafo 1º da Constituição Federal diz que: “ *sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados e segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas dos contribuintes*”. O artigo acima trata de um dos princípios constitucionais tributários, assinale aquele condizente com o especificado acima.

- a) princípio da capacidade contributiva
- b) princípio da estrita legalidade
- c) princípio da isonomia ou igualdade
- d) princípio da irretroatividade da lei

É necessário cuidar da ética para não anestesarmos a nossa consciência e começarmos a achar que tudo é normal. (Mario Sergio Cortella)